

Bolsonaro apoiará Nunes e Salles deve ser expulso

Ex-ministro causa ruptura no PL após defender o voto nulo

Por Ana Paula Marques

O cenário para a disputa da prefeitura de São Paulo acirra-se e deverá provocar a defecção de um dos nomes mais conhecidos do bolsonarismo no estado. Fontes próximas a Jair Bolsonaro (PL) confirmaram ao Correio da Manhã o apoio do ex-presidente à reeleição do prefeito da capital paulista Ricardo Nunes (MDB). E, como consequência desse apoio, o deputado federal e ex-ministro do Meio Ambiente no governo Bolsonaro, Ricardo Salles, deverá ser expulso de seu partido, o PL.

Salles tinha pretensões de ser o candidato do partido à prefeitura, concorrendo com Ricardo Nunes. Diante da constatação de que sua pretensão não será alcançada, Salles publicou nas redes sociais um vídeo em que defende o voto nulo em São Paulo. Segundo os nomes próximos a Bolsonaro, o vídeo gerou uma ruptura incontornável no PL. Mesmo sem citar Nunes, o deputado estaria atacando a candidatura e comprometendo o apoio que o PL dará ao prefeito. A expulsão de Salles é dada, então, como certa, mas, somente depois do dia 6 de abril.

Pelo cronograma estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a partir de 5 de abril será proibido a troca de partido, — a janela partidária, quando pode ocorrer a troca, vai de 7 de março a 5 de abril. Ou seja, a estratégia é inviabilizar qualquer chance de Salles de mudar de legenda e se candidatar por outro partido. Por regra, qualquer candidato precisa estar filiado a um partido com, no mínimo, seis meses antes do pleito para concorrer.

Já no final de janeiro, Ricardo Salles chegou a declarar que não disputaria a prefeitura paulista por acreditar que não



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Disputa em São Paulo pode gerar expulsão de Salles do PL

havia “espaço” para concorrer.

“A pedido de Bolsonaro, eu me comprometi a não sair do PL e, por outro lado, em função da decisão do Valdemar Costa Neto, presidente da legenda, o partido não abre mão de apoiar o Nunes. Então, fico fora”, disse. Apesar das declarações, nada estava confirmado sobre seu futuro na sigla do ex-presidente.

Salles nega

Ao Correio da Manhã, Salles declarou que “estará sempre ao lado do presidente Bolsonaro, e sempre defendendo o voto em candidatos de direita”. Salles, porém, evitou responder quando perguntado se lançaria uma campanha para o voto nulo nas eleições municipais.

Alguns minutos depois, o deputado publicou em seu X (antigo Twitter), críticas e também declarações de gratidão ao ex-presidente Bolsonaro, apesar de terem “opiniões diferentes”.

“Alguns poucos que não são homens o suficiente para mostrar a cara, estão querendo plantar notinhas da discórdia. Não conseguirão. Jair Bolsonaro sabe muito bem que estive,

estou e estarei sempre ao seu lado, mesmo que às vezes tendo algumas opiniões diferentes que em nada alteram a gratidão e o reconhecimento por tudo que passamos juntos no governo e fora dele”, descreveu.

A reportagem entrou em contato com o Partido Liberal. Porém, até o fechamento dessa edição, não obteve respostas da Sigla.

Dentro da Lei

Mesmo se Salles realizar campanha pelo voto nulo, ele não deve sofrer consequências das instituições que vigiam o bom andamento das eleições. Segundo o coordenador-geral adjunto da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRA-DEP), Bruno Andrade, não há regra expressa sobre a possibilidade de candidatos ou não candidatos, fazerem campanha eleitoral para adoção do voto nulo.

“O que pode ser questionado é a eventual propaganda pelo voto nulo que, de alguma forma, desvirtue recursos públicos, ou seja, se feitas no horário eleitoral gratuito com recursos do fundo especial ou do fundo eleitoral. Ainda assim,

esse tipo de questionamento deve ser feito em âmbito judicial. Não há efetivamente uma regra clara proibitiva”, explica.

Polarização

A última pesquisa sobre as intenções de voto para a prefeitura de São Paulo, realizada pelo instituto Real Time Big Data, contratada pela TV Record, divulgada nesta segunda-feira (4), mostra um cenário polarizado na disputa municipal. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) tem 34% das intenções de voto, já o prefeito Ricardo Nunes (MDB), aparece na sequência, com 29%.

Também foi realizada a pesquisa com o cenário em que Ricardo Salles poderia concorrer. O ex-ministro ficaria em terceiro lugar, com Boulos na frente com 34%, com Salles na disputa, Nunes, cai nove pontos percentuais, ficando com 20% e Ricardo Salles obtém 12% das intenções de voto. Para a pesquisa, foram entrevistadas 2 mil, entre os dias 1 e 2 de março. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Possível fim da reeleição

Por Gabriela Gallo

Segue no Senado Federal o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 112/2021, que determina mudanças no Código Eleitoral. O relatório do projeto deve ser entregue nesta semana, de acordo com o relator da proposta, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Segundo Castro, o novo Código Eleitoral tem quase 900 artigos e consolida em um só texto sete leis eleitorais e partidárias em vigor. O relator também confirmou que entregará três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que determinam o fim da possibilidade de reeleição para governadores, prefeitos e presidente da República. Além do fim da reeleição, a medida também discute transformar os mandatos em únicos, de cinco anos.

Nesta terça-feira (05), durante uma entrevista ao ICL Notícias, do Instituto Conhecimento Liberta, o líder do governo no Senado Federal, senador Jaques Wagner (PT-BA), declarou ser favorável ao fim da reeleição e a um mandato único de cinco anos. “Acho essa uma tese necessária e oportuna já que, definitivamente, o instituto da reeleição não trouxe coisas positivas para a política brasileira e são vários os exemplos que mostram isso”, afirmou o senador.

“Pessoalmente, acho muito ruim o sistema que temos hoje



Pedro França

Jaques Wagner defende o fim da reeleição

de uma eleição a cada dois anos. Você não sai dessa roda eleitoral contínua e não cria um ambiente de tranquilidade para governar. A proposta não alcança o presidente Lula e nem os atuais governadores e prefeitos. Também não alcança aqueles que forem eleitos em 2026 pela primeira vez e poderão concorrer à reeleição em 2030. Então, acho uma tentativa importante e necessária para ajudarmos a pacificar o ambiente político”, completou Jaques Wagner.

O posicionamento do líder do governo no Senado segue a linha de raciocínio do cientista político e mestre em direito institucional, Nauê Bernardo. Em entrevista ao Correio da Manhã, ele afirmou que a volta da discussão quanto ao fim de

reeleição, apesar de poder ser associada ao interesse da oposição contra o presidente Lula, é uma discussão antiga.

“Já havia esses ecos de fim de reeleição há muitos anos e, com tudo o que aconteceu nos últimos cinco anos, naturalmente essa pauta acabou ficando muito em voga”, afirmou Nauê.

Aprovada?

Questionado pela reportagem, o cientista político acredita que há chances de a proposta ser aprovada, mas ainda é cedo para confirmar o fato, portanto, é preciso ficar atento ao movimento do Senado.

“É preciso entender qual vai ser a pertinência disso neste exato momento. Se a proposta está sendo colocada em pauta

é porque existe um determinado clamor e certamente já há conversas entre as lideranças no Congresso para que isso ande”, afirmou Nauê.

Mudanças

Caso o projeto e as PECs sejam aprovadas, o Código Eleitoral passará por uma série de mudanças. De acordo com Nauê Bernardo, “concentrar todas as eleições no mesmo ano vai acabar dificultando o processo para candidatos ligados a partidos menores, com menos orçamento”.

“Por outro lado, vai acabar desbloqueando um pouco a pauta do Congresso, que, querendo ou não, para a cada dois anos devido às eleições”, completou.

Já pelo ponto de vista do poder Executivo, “o fim da reeleição vai fazer com que o mandato seja mais assertivo”, acredita Nauê.

“Por outro lado, com as atuais regras de distribuição do orçamento que temos, que emparedaram o poder Executivo, principalmente na esfera federal, isso vai acabar contribuindo de uma certa forma para uma perda mais rápida de poder do presidente da República. Se isso não for muito bem gerenciado e muito bem colocado, poderemos ver um presidente da República esvaaziado de poder e até mesmo a instauração de uma espécie de parlamentarismo”, destacou.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Wilson Dias/Agência Brasil

Haddad procura controlar excesso de bondades

Governo concentrou discussões sobre despesas

A necessidade de ver receitas e despesas como um todo explica a decisão do Ministério da Fazenda de ter concentrado a discussão de temas que envolvem incentivos fiscais. No pacote estão a desoneração de empresas de 17 setores, a diminuição da contribuição previdenciária de 5,3 mil municípios e o fim da isenção de impostos federais para empresas de eventos. O

veto à concessão de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissões também pode ser incluída no grupo. Em conversa com a coluna, um integrante do governo disse que é preciso deixar claro para o Congresso que há um limite para as concessões, que não dá para distribuir benesses sem dizer de onde vem o dinheiro — até pela necessidade de se manter o objetivo do déficit zero.

Três em um

A busca de equilíbrio fez o governo reunir os três primeiros pontos na medida provisória editada em dezembro. Cada item tem sido discutido separadamente, mas na perspectiva do conjunto. Acordo prevê que a MP vai caducar e tudo será avaliado em projetos de lei.

Saída do bode

Mesmo assim, a desoneração das prefeituras e o Perse — o programa que trata do setor de eventos — deverão ser abordados num mesmo projeto de lei. Depois de colocar na sala o bode da MP, o governo negocia sua retirada, mas deixa claro que déficit fede.



Reprodução/Internet

Pedro Guimarães: liminar para transportes e entregas

Desafio para setor de ventos: separar joio do trigo

Para o pessoal de eventos, o grande desafio será retirar, dos beneficiados pelo Perse, empresas que pegaram carona na isenção. Presidente da Apresenta, entidade que reúne o setor, Pedro Guimarães diz que até uma empresa de transporte por aplicativo e outra especializada em entrega de comida conseguiram liminares para

serem enquadradas no Perse. Isso, segundo ele, ajuda a explicar a razão de o governo falar que tais incentivos fiscais que chegariam a R\$ 17 bilhões por ano — estudo encomendado pelo setor diz que este valor chega a R\$ 6,4 bilhões quando são consideradas apenas as empresas de eventos.

Limite

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) vai em linha semelhante: diz que, para se beneficiarem, empresas mudaram sua Classificação Nacional de Atividade Econômica. Propõe que o Perse só deve atingir quem tinha Cnae específico quando a lei foi assinada.

Sem exageros

Autor do projeto que previa mais rigor no controle das “saidinhas” de presos — mas não as impedia —, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) quer retomar a origem da proposta, que será reexaminada pela Câmara. Será difícil: deputados e senadores endu-

Critérios

A decisão do ministro Fernando Haddad de discutir o Perse em projeto de lei foi comemorada pelo setor — algumas empresas iriam entrar na Justiça para manter seus benefícios. Agora, a discussão se dará sobre uma escala para as isenções e eventual criação de um teto.

PSD no Rio

E por falar no PSD. As bancadas federais do partido têm encontro a partir de amanhã num hotel de Copacabana, na zona sul do Rio. A pauta inclui a discussão de Inteligência Artificial — inclusive seus riscos no processo eleitoral —, empreendedorismo e inovação.